



2º Simulado Especial

TRT SP

Analista Judiciário - Área Judiciária - Oficial de Justiça
Avaliador Federal - Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial TRT-SP (Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/s9ieTGSNAEvBJmYy9>

| | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/bmxE>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Que área do empreendimento humano não é moralmente ambígua?

Até as instituições populares que pretendem nos dar conselhos sobre comportamento e ética parecem carregadas de contradições. Considerem-se os aforismos. “A pressa é inimiga da perfeição; mas um passo dado a tempo vale por nove. Mais vale um pássaro na mão do que dois voando; mas quem não arrisca, não petisca. Onde há fumaça, há fogo; mas o hábito não faz o monge. Um centavo poupado é um centavo ganho; mas não se pode levá-lo para o túmulo. Quem hesita está perdido; mas os tolos entram correndo onde até os anjos têm medo de pisar. Duas cabeças pensam melhor do que uma; mas comida em que muitos mexem, se não sai crua ou queimada, sai insossa ou salgada”. Houve época em que as pessoas planejavam ou justificavam suas ações baseando-se nesses lugares-comuns contraditórios. Qual é a responsabilidade moral do aforista? Ou do astrólogo solar, do leitor de tarô, do profeta dos tabloides?

Ou considerem-se as principais religiões oficiais. Em Miqueias, recebemos ordens de agir com justiça e amar a misericórdia; no Êxodo, somos proibidos de cometer homicídio; no Levítico, a ordem é amar o nosso próximo como a nós mesmos; e, nos Evangelhos, somos instados a amar os nossos inimigos. Entretanto, pensem nos rios de sangue derramado pelos seguidores ardorosos dos livros em que se encontram incrustadas essas exortações de boa intenção.

Em Josué e na segunda metade de Números, celebra-se o assassinato em massa de homens, mulheres, crianças e animais domésticos em inúmeras cidades por toda a terra de Canaã. Jericó é arrasada num *kherem*, uma “guerra santa”. Nesse episódio, Deus ordena aos israelitas que circundem a cidade de Jericó por sete dias, tocando trombetas. Ao final, as muralhas caem, permitindo que os israelitas invadam e destruam a cidade completamente, matando homens, mulheres, crianças e animais, em obediência ao conceito de *kherem* (כּהרֵם), que significa a destruição total ou consagração a Deus através da destruição. A única justificativa oferecida para essa matança é a afirmação dos homicidas de que, em troca

da circuncisão de seus filhos e da adoção de um conjunto particular de rituais, os seus ancestrais teriam recebido há muito tempo a promessa de que a terra era sua. Não se consegue tirar da Sagrada Escritura nem um vestígio de sentimento de culpa, nem um resmungo de inquietação patriarcal ou divina com essas campanhas de extermínio. Em vez disso, Josué “destruiu tudo o que respirava, como o Senhor Deus de Israel havia ordenado” (Josué, 10:40). E esses acontecimentos não são incidentais, mas centrais para o principal moto narrativo do Velho Testamento. Histórias semelhantes de assassinatos em massa (e, no caso dos amalequitas, genocídio) podem ser encontradas nos livros de Saul, Ester, e em outros lugares da Bíblia, sem que apareça nenhuma angústia de dúvida moral. Tudo isso certamente perturbou os teólogos liberais de eras posteriores.

Diz-se adequadamente que o diabo pode “citar a Escritura para seus fins”. A Bíblia está cheia de tantas histórias de moral contraditória que toda geração encontra nela justificativa para quase todas as ações que propõe — de incesto, escravidão e homicídio em massa ao amor mais refinado, coragem e abnegação. E essa desordem moral de múltipla personalidade não se restringe ao judaísmo e ao cristianismo. Pode-se encontrá-la profundamente entranhada no Islã, na tradição hindu, de fato em quase todas as religiões do mundo. Talvez não sejam os cientistas, mas as pessoas que são moralmente ambíguas.

É tarefa específica dos cientistas, acredito, alertar o público sobre possíveis perigos, especialmente sobre aqueles que emanam da ciência ou são previsíveis pelo uso dela. Tal missão é, poder-se-ia dizer, profética. É evidente que os avisos devem ser judiciosos e não precisam ser mais bombásticos do que a situação exige: mas, se devemos cometer erros, que eles favoreçam, em vista dos riscos, a segurança.

(Carl Sagan, O Mundo Assombrado Pelos Demônios)

1. Com base no texto apresentado, assinale a alternativa INCORRETA.
- a) O autor questiona a coerência moral das religiões ao indicar que os textos sagrados contêm mandamentos éticos ao lado de relatos de violência extrema.
 - b) Segundo o autor, as contradições presentes nos aforismos mostram como é difícil estabelecer princípios éticos claros e definitivos.
 - c) O texto afirma que a responsabilidade dos cientistas inclui a previsão e alerta de perigos potenciais derivados ou relacionados à ciência.
 - d) O autor defende que as religiões oficiais mantêm sempre um nível de coerência moral, justificando por valores sagrados atos supostamente violentos.
 - e) A humanidade frequentemente se apoia em narrativas religiosas contraditórias para justificar comportamentos morais diversos.
2. Considerando a argumentação apresentada, não é correto inferir que:
- a) A mensagem principal do texto é a ideia de que a moralidade humana é intrinsecamente ambígua, refletida especialmente nas religiões e nos sistemas éticos populares. O autor destaca que as escrituras religiosas contêm mandamentos morais elevados junto com relatos que justificam atrocidades, indicando que os seres humanos tendem a selecionar desses textos aquilo que melhor justifique suas ações, sejam elas pacíficas ou violentas. Essa contradição inerente sugere que a ambiguidade moral está menos nos textos ou instituições e mais na natureza humana.
 - b) Um aspecto relevante, porém secundário, é a análise crítica dos aforismos populares que, embora tenham o propósito de orientar comportamentos, frequentemente apresentam conselhos contraditórios. O autor exemplifica isso claramente, mostrando como os mesmos lugares-comuns podem ser usados para justificar atitudes opostas, reforçando a complexidade ética das decisões humanas.
 - c) Outro ponto discutido no texto é o papel da ciência na sociedade. Diferentemente das religiões e dos aforismos, o autor atribui aos cientistas uma responsabilidade ética específica de alertar o público sobre os riscos ligados ao desenvolvimento e aplicação da ciência. Ele enfatiza que, mesmo sendo uma tarefa delicada, é vital que os alertas sejam proporcionais e cuidadosos para não gerar pânico desnecessário.
 - d) Também se observa no texto a reflexão sobre a responsabilidade moral de figuras que exercem influência cultural, como astrólogos, leitores de tarô e profetas de tabloides. Embora mencionados rapidamente, esses personagens ilustram como a sociedade frequentemente atribui a terceiros o papel de orientar decisões éticas ou existenciais, reforçando ainda mais a complexidade das escolhas morais individuais.
 - e) O texto faz uma crítica contundente aos episódios bíblicos de violência extrema, como as campanhas militares descritas em Jericó e outros locais. Apesar de não ser relevante para a tese, a presença desses relatos serve para exemplificar a extensão da contradição ética que caracteriza textos religiosos, ajudando o autor a ilustrar a dualidade justa das religiões.
3. *Tal missão é, poder-se-ia dizer, profética. É evidente que os avisos devem ser judiciosos e não precisam ser mais bombásticos do que a situação exige: mas, se devemos cometer erros, que eles favoreçam, em vista dos riscos, a segurança. (5º parágrafo)*
- Traduz-se adequadamente o sentido do termo destacado como:
- a) justos;
 - b) processuais;
 - c) insidiosos;
 - d) sensatos;
 - e) definitivos.

4. Transpondo-se para a voz passiva o segmento “toda geração encontra nela justificativa para quase todas as ações”, a forma verbal resultante seria:

- a) encontrava-se;
- b) foi encontrada;
- c) é encontrada;
- d) é encontrado;
- e) encontrar-se-ia.

5. A Bíblia está cheia de tantas histórias de moral contraditória que toda geração encontra nela justificativa para quase todas as ações que propõe — de incesto, escravidão e homicídio em massa ao amor mais refinado, coragem e abnegação.

O segmento destacado, em relação à oração anterior, estabelece relação semântica de:

- a) causa;
- b) ressalva;
- c) concessão;
- d) tempo;
- e) consequência;

6. Considerando o emprego e colocação dos pronomes, está de acordo com a norma culta a substituição proposta em:

- a) "Até as instituições populares que pretendem nos dar conselhos sobre comportamento e ética parecem carregadas de contradições." - **dar-lhes**;
- b) "mas o hábito não faz o monge." - **lhe faz**;
- c) "Josué destruiu tudo o que respirava." - **destruiu-os**;
- d) "Em Miqueias, recebemos ordens de agir com justiça e amar a misericórdia." - **recebemo-las**;
- e) "Deus ordena aos israelitas que circundem a cidade de Jericó por sete dias" - **circundem-na**.

7. *Um centavo poupado é um centavo ganho; mas não se pode levá-lo para o túmulo. (1º parágrafo)*

*É tarefa específica dos cientistas, acredito, alertar o público sobre possíveis perigos, especialmente sobre **aqueles que** emanam da ciência ou são previsíveis pelo uso dela. Tal missão é, poder-se-ia dizer, profética. É evidente que os avisos devem ser judiciosos e não precisam ser mais bombásticos do que a situação exige: mas, se devemos cometer erros, que **eles** favoreçam, em vista dos riscos, a segurança. (5º parágrafo)*

Os pronomes sublinhados referem-se, respectivamente, a:

- a) centavo; perigos; público; erros.
- b) centavo; perigos; aqueles; erros.
- c) centavo; cientistas; perigos; erros.
- d) túmulo; cientistas; aqueles; avisos.
- e) túmulo; cientistas; aqueles; avisos.

8. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Argumentam-se, nos debates religiosos mais acalorados, que a moral bíblica pode ser ambígua.
- b) A criação de uma narrativa e de uma moral coerente com valores geram aforismos de referência.
- c) À moral religiosa equivalem muitas lições éticas nem sempre totalmente coerentes entre si.
- d) No debate moral, necessitam-se de muitos argumentos para fundamentar contradições aparentes.
- e) Cita-se, nas digressões éticas religiosas, diversos exemplos de comportamento vingativo.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

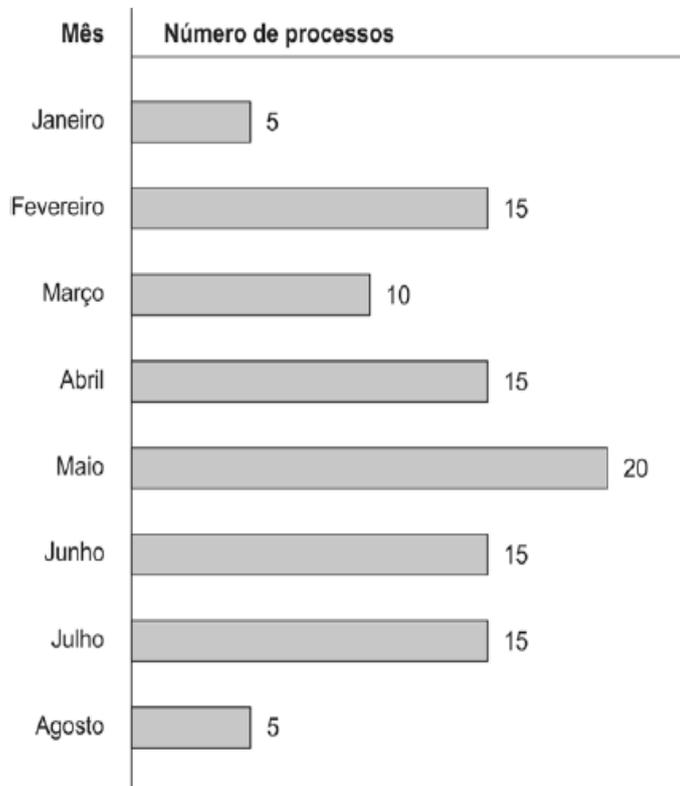
9. Consideraremos as afirmações abaixo verdadeiras:

- I. Luana é eletricista ou Josué é costureiro.
- II. Se Denise é psicóloga, então Josué não é costureiro.
- III. Bia é diretora ou Ricardo é editor.
- IV. Ricardo é editor e Luana não é eletricista.

A partir dessas informações é possível concluir, corretamente, que:

- a) Bia é diretora.
- b) Josué é costureiro.
- c) Denise é psicóloga.
- d) Bia não é diretora.
- e) Josué não é costureiro.

10. No TRT SP, os números de processos com um determinado padrão autuados em órgãos específicos, de janeiro a agosto de 2024, são mostrados no gráfico abaixo.



A soma da média aritmética, mediana e moda é igual a:

- a) 40
- b) 45.
- c) 42,5.
- d) 47,5.
- e) 50.

11. A companhia de luz possui um padrão de reajustes: a cada mês de março, há um aumento de 20% no preço cobrado por kwh, em relação ao preço praticado em março do ano anterior. Menelaus também possui um padrão de consumo interessante: a cada mês de março, consome exatos 10% a mais do que em março do ano anterior.

Diante do exposto, é correto afirmar que, em comparação ao que foi pago em março de 2025, Menelaus pagará a mais em janeiro de 2027 aproximadamente

- a) 32%.
- b) 54%.
- c) 64%.
- d) 74%.
- e) 86%.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

- 12.** Nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº. 13.146/15, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho. Acerca das diretrizes para a colocação competitiva e o trabalho com apoio,
- a) é vedada a concessão de prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho
 - b) a provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência é seu direito, incluída a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva quando não onere o empregador
 - c) deve-se respeitar sempre o perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
 - d) tem sua instrumentalização pelo poder público, sendo vedada a participação de organizações da sociedade civil
 - e) empregadores serão aconselhados para que incluam pessoas com deficiência em seus quadros, sempre que, a seu juízo, encontrarem cargos compatíveis

13. De acordo com a Resolução CSJT n.º 386, de 30 de agosto de 2024, que institui a Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito da Justiça do Trabalho, não se considera uma ação a ser adorada para a promoção da cultura inclusiva e anticapacitista:

- a) a criação de mecanismos de diálogo social que viabilizem a escuta direta de pessoas com deficiência
- b) a promoção de capacitação específica e a inclusão de conteúdos correlatos a esta Política nos currículos
- c) a previsão nos editais de concursos públicos de disciplina que abarque os direitos das pessoas com deficiência, para ingresso na Justiça do Trabalho
- d) o levantamento de dados estatísticos e a realização de estudos e pesquisas científicas, voltados à melhor compreensão das temáticas relacionadas a Política, até mesmo em parceria com instituições privadas
- e) atenção especial às pessoas com deficiência sensorial na contratação de pessoas com deficiência na condição de aprendiz

14. Nos termos da Lei n. 10.098/2000 e do Decreto 5.296/2004, em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção. Quanto ao percentual a ser garantido esse será de:

- a) 2% do total, garantida, no mínimo, uma vaga
- b) 3% total, garantida, no mínimo, uma vaga
- c) 3% do total, garantida, no mínimo, duas vagas
- d) 5% do total, garantida, no mínimo, uma vaga
- e) 10% do total, garantida, no mínimo, uma vaga

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRT SP

Tiago Zanolla

- 15.** Com base no Código de Ética do TRT-SP, assinale a alternativa correta quanto ao processo de apuração de infrações éticas.
- a) O processo de apuração é sigiloso e dispensa o contraditório e a ampla defesa, dada sua natureza ética.
 - b) A apuração de infração ética será feita exclusivamente pelo Comitê de Ética, sem participação da Diretoria-Geral.
 - c) A apuração observará o contraditório, a ampla defesa e o tratamento igualitário para todos os erros, independentemente da boa-fé.
 - d) A apuração das infrações éticas será feita por processo administrativo, com garantia do contraditório, ampla defesa e tratamento diferenciado ao erro de boa-fé.
 - e) Os casos de infrações éticas devem obrigatoriamente resultar em processo administrativo disciplinar.
- 16.** Caso um servidor descumpra as obrigações previstas em Termo de Ajustamento de Conduta firmado no TRT-2, é correto afirmar que:
- a) O TAC será considerado automaticamente revogado, sem necessidade de análise.
 - b) O Comitê deverá converter o TAC em penalidade de suspensão.
 - c) O descumprimento do TAC não acarreta qualquer consequência, pois se trata de medida informal.
 - d) Embora incompleto, o TAC será considerado cumprido se houver boa-fé do servidor.
 - e) O Código prevê consequências específicas para o descumprimento, que devem ser avaliadas pela autoridade competente.

17. Conforme o Código de Ética do TRT-SP, é vedado ao gestor:

- a) Emitir juízo público sobre decisão administrativa já transitada em julgado.
- b) Opinar publicamente sobre o mérito de questão submetida à sua decisão, salvo se for de conhecimento geral.
- c) Declarar sua opinião pessoal em redes sociais sobre assuntos institucionais.
- d) Participar de conselhos consultivos de empresas privadas.
- e) Solicitar reavaliação de processos sob sua responsabilidade funcional.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

18. Em relação aos conceitos básicos da Internet e suas tecnologias associadas, analise as afirmações abaixo:

- I. DNS (Domain Name System) é responsável por traduzir nomes de domínios (como www.exemplo.com) em endereços IP que os computadores utilizam para se comunicar.
- II. HTTP e HTTPS são protocolos utilizados para comunicação entre navegadores e servidores web, onde o HTTPS oferece criptografia de dados.
- III. Endereço IP dinâmico é aquele atribuído a um dispositivo de forma fixa e permanente pela operadora de internet.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

19. Qual das opções abaixo representa uma boa prática de navegação segura na internet:

- a) Clicar em links recebidos por e-mail, desde que o remetente pareça confiável.
- b) Utilizar a mesma senha para vários sites para facilitar o acesso.
- c) Manter o navegador e o antivírus atualizados.
- d) Ignorar avisos de segurança do navegador em sites desconhecidos.
- e) Desativar o firewall para melhorar a velocidade da internet.

20. No Windows 10, temos uma funcionalidade que torna o sistema mais sensível ao toque quando você usa seu dispositivo como um tablete. Essa opção é chamada de “Modo Tablet”. A opção que permite alternar entre o uso ou não do Modo Tablet, se encontra no menu:

- a) Sistema.
- b) Dispositivo.
- c) Telefone.
- d) Aplicativos.
- e) Contas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

21. A respeito da aplicabilidade das normas constitucionais, pode-se afirmar que a norma segundo a qual é princípio da ordem econômica a busca do pleno emprego possui:

- a) eficácia plena
- b) eficácia contida
- c) eficácia diferida
- d) eficácia limitada
- e) eficácia contida programática

22. Se um governador de Estado decidir impugnar a validade de uma lei municipal diretamente no Supremo Tribunal Federal, deve manejar qual ação de controle concentrado de constitucionalidade?

- a) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- b) ação direta de inconstitucionalidade
- c) ação declaratória de constitucionalidade
- d) mandado de segurança
- e) mandado de injunção

23. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais constitucionalmente assegurado, EXCETO:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória
- b) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho
- c) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei
- d) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho
- e) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de sete dias, nos termos da lei;

24. Johannes, brasileiro naturalizado, conheceu em Madagascar a nativa Makeleandra. Casaram-se e lá tiveram um filho, Johannes Júnior, que, embora não tenha sido registrado na repartição brasileira competente, veio a residir no Brasil, ao completar 20 anos. Diante da situação narrada, pode-se dizer que Johannes Júnior:

- a) é brasileiro nato
- b) é brasileiro naturalizado
- c) pode se tornar brasileiro nato, caso opte pela nacionalidade brasileira
- d) é estrangeiro, não podendo ser reconhecido como brasileiro
- e) é estrangeiro, mas pode naturalizar-se brasileiro

25. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente:

- a) os governadores de estado, nos crimes comuns
- b) o Presidente da República, nos crimes comuns
- c) a extradição solicitada por estado estrangeiro
- d) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça
- e) as ações diretas de inconstitucionalidade

26. Sinforosa ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa Mutretas Malandras S/A, alegando ter sofrido dano moral no âmbito da relação de trabalho. À luz da CF e da jurisprudência, o julgamento dessa ação cabe:

- a) à Justiça Comum estadual
- b) à Justiça do Trabalho
- c) ao juizado especial cível
- d) à Justiça Federal comum
- e) ao Superior Tribunal de Justiça

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

27. Um agente da vigilância sanitária estadual, ao constatar a inexistência de condições higiênico-sanitárias mínimas em um estabelecimento de manipulação de alimentos, decidiu pela interdição imediata do local e aplicação de multa ao seu proprietário. Tal conduta, respaldada por norma legal específica, caracteriza o exercício de qual poder da Administração Pública?

- a) Poder Disciplinar
- b) Poder Vinculado
- c) Poder Hierárquico
- d) Poder de Polícia
- e) Poder Normativo

28. Um órgão público mantém há anos um processo de atendimento ao cidadão presencial e inteiramente manual, com filas extensas e grande morosidade, mesmo após a disponibilização de verbas para digitalização e a existência de sistemas prontos para uso. Nenhuma justificativa técnica foi apresentada para a manutenção desse modelo, que gera insatisfação generalizada entre os usuários. A conduta adotada representa ofensa direta a qual princípio da Administração Pública?

- a) Publicidade
- b) Moralidade
- c) Legalidade
- d) Eficiência
- e) Supremacia do interesse público

29. Um servidor municipal aplicou penalidade a uma empresa contratada, justificando sua decisão no atraso injustificado na entrega de produtos essenciais. A medida foi amparada em cláusula contratual e relatório de fiscalização. No contexto dos elementos do ato administrativo, a fundamentação apresentada diz respeito a qual elemento?

- a) Objeto
- b) Forma
- c) Motivo
- d) Finalidade
- e) Competência

30. No âmbito de um processo administrativo federal, um diretor de autarquia federal decidiu delegar parte de sua competência a um servidor de outro órgão, sem subordinação hierárquica, por razões técnicas ligadas ao tema tratado. No entanto, o diretor também decidiu transferir ao servidor a competência para decidir recursos administrativos relativos ao caso. Com base na Lei nº 9.784/1999, essa delegação é:

- a) Totalmente válida, desde que publicada no meio oficial.
- b) Parcialmente válida, pois a delegação entre órgãos sem subordinação é vedada.
- c) Parcialmente válida, pois é vedada a delegação da competência para decidir recursos administrativos.
- d) Inválida, pois a delegação só pode ocorrer dentro da mesma estrutura hierárquica.
- e) Válida apenas se houver concordância expressa do servidor delegado.

31. Um servidor público, após firmar contrato com entidade privada para aquisição de equipamentos hospitalares, autorizou o pagamento integral dos valores contratados mesmo sem o recebimento completo dos produtos e sem verificar a regularidade da entrega. A conduta descrita pode, em tese, configurar ato de improbidade administrativa:

- a) Apenas, e de forma suficiente, se houver dano efetivo ao erário.
- b) Desde que fique comprovada a ocorrência de dolo, ainda que não haja dano ao erário.
- c) Mesmo que praticada de forma culposa, por se tratar de descumprimento de dever funcional.
- d) Somente se os equipamentos forem utilizados em benefício do próprio agente.
- e) Se a omissão resultar em vantagem indevida para terceiros, independentemente de dolo.

32. Um município pretende contratar diretamente um artista de renome nacional para apresentação em evento cultural promovido pela Secretaria de Cultura. Outro órgão da administração, por sua vez, planeja adquirir, sem licitação, materiais de escritório de empresa local, alegando que o valor está dentro dos limites legais. Considerando as regras da Lei nº 14.133/2021, as contratações descritas referem-se, respectivamente, a hipóteses de:

- a) Dispensa de licitação por valor e inexigibilidade por inviabilidade de competição.
- b) Inexigibilidade de licitação e dispensa por valor.
- c) Inexigibilidade de licitação e inexigibilidade por valor.
- d) Dispensa de licitação por situação emergencial e dispensa por valor.
- e) Inexigibilidade por notório saber e dispensa por inexigibilidade técnica.

DIREITO DO TRABALHO*Antônio Daud*

33. A empresa "Alfa Ltda." sofreu um processo trabalhista e foi condenada a pagar verbas rescisórias a um ex-empregado. Contudo, em fase de execução, descobriu-se que a "Alfa Ltda." não possuía bens suficientes para quitar a dívida. Verificou-se, então, que a "Alfa Ltda." integra um grupo econômico com a empresa "Beta S.A.", embora esta última tenha personalidade jurídica própria e não tenha participado da fase de conhecimento do processo. Diante dessa situação e considerando as disposições da CLT, é correto afirmar que:

- a) A empresa "Beta S.A." não poderá ser incluída no polo passivo da execução, pois não participou da fase de conhecimento, respeitando o princípio do contraditório.
- b) A responsabilidade da empresa "Beta S.A." é solidária pelas obrigações trabalhistas, mas apenas se houver comprovação de subordinação hierárquica direta com a "Alfa Ltda."
- c) A "Beta S.A." poderá ser incluída no polo passivo da execução, pois as empresas do mesmo grupo econômico são responsáveis subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas.
- d) A inclusão da "Beta S.A." na execução é permitida, dado o conceito de solidariedade passiva de empresas do mesmo grupo econômico, visando à garantia do crédito trabalhista, e tal inclusão é possível mesmo que não tenha participado da fase de conhecimento.
- e) O grupo econômico será caracterizado apenas se houver demonstração de que a "Beta S.A." exerceu direção, controle ou administração sobre a "Alfa Ltda.", excluindo-se o grupo por coordenação.

34. Mariana foi contratada como analista de RH pela empresa "Saber Crescer S.A." e, no momento da admissão, o empregador solicitou sua Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física. Após cinco dias úteis, Mariana percebeu que o contrato ainda não havia sido anotado. Além disso, ela ficou sabendo que o empregador costuma fazer anotações em CTPS sobre faltas injustificadas. Diante do cenário e das normas da CLT, assinale a afirmativa correta:

- a) O empregador tem o prazo de 48 horas para realizar a anotação na CTPS de Mariana.
- b) A recusa do empregador em anotar a CTPS descaracteriza o vínculo empregatício e torna o contrato de trabalho inválido.
- c) Se o empregador efetuar anotações sobre as faltas injustificadas de Mariana em sua CTPS, tal conduta será considerada lícita, desde que as faltas sejam comprovadas.
- d) Mariana tem o direito de ter sua CTPS anotada no prazo de 5 (cinco) dias úteis e o empregador está proibido de fazer anotações que desabonem sua conduta, como o registro de faltas injustificadas.
- e) A comunicação do número do CPF de Mariana ao empregador é suficiente para que a CTPS física seja dispensada, mas não para a emissão do recibo de apresentação da CTPS.

35. Um empregado de uma grande empresa de tecnologia, com mais de 100 funcionários, costuma chegar 10 minutos mais cedo e sair 10 minutos mais tarde para usar a academia da empresa, antes e depois de sua jornada. Em determinado dia, devido a um forte temporal, ele permaneceu no local de trabalho por 40 minutos adicionais após o expediente, sem realizar qualquer atividade laboral. O ponto eletrônico registra todas as variações. Considerando a legislação trabalhista, é correto afirmar:

- a) Os 10 minutos diários de variação de horário (chegada e saída) não serão computados na jornada, pois se enquadram na tolerância legal, mas os 40 minutos do temporal serão considerados jornada extraordinária.
- b) O tempo que ele utiliza a academia, tanto na chegada quanto na saída, é considerado tempo à disposição do empregador, gerando horas extras.
- c) O período de 40 minutos em que ele permaneceu devido ao temporal não será computado como jornada, por se tratar de tempo à disposição por escolha própria, fora das atividades laborais.
- d) Para empresas com mais de 20 trabalhadores, é obrigatório o registro da jornada de trabalho apenas por meio eletrônico, devido ao alto número de funcionários.
- e) O tempo de deslocamento da portaria da empresa até o posto de trabalho, caso exceda 10 minutos, é computado como jornada de trabalho.

36. Uma funcionária de um frigorífico, Sra. Ana, trabalha 8 horas por dia em ambiente com temperaturas muito baixas. No entanto, ela não tem recebido os intervalos especiais para descanso previstos na lei para quem trabalha em tais condições. Ao buscar seus direitos, ela descobre que o empregador concedia apenas 45 minutos de intervalo para repouso e alimentação, alegando que o excesso de intervalo seria um benefício e não uma obrigação. Além disso, a empresa tem um plano de redução de intervalo para 30 minutos em jornadas acima de 6 horas, mas este não foi estabelecido via negociação coletiva.

Com base na situação hipotética e na CLT, é correto afirmar:

- a) O intervalo concedido pelo empregador à Sra. Ana, mesmo que não previsto em lei, deve ser computado como tempo à disposição da empresa, remunerado como serviço extraordinário.
- b) O período de 45 minutos de intervalo concedido à Sra. Ana não é suficiente, e a empresa deverá pagar integralmente o período total do intervalo (1 hora ou mais, dependendo da jornada) como hora extra.
- c) Sra. Ana tem direito a um intervalo de 20 minutos a cada 1 hora e 40 minutos de trabalho contínuo em ambiente frigorífico, computado como tempo de trabalho efetivo.
- d) A redução do intervalo para 30 minutos é permitida, independentemente de negociação coletiva, desde que a jornada exceda 6 horas e não prejudique a saúde do trabalhador.
- e) A ausência ou concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo para repouso e alimentação implica o pagamento de natureza salarial apenas do período suprimido, com acréscimo de 50%.

37. Carlos, de 15 anos, foi contratado para trabalhar em uma padaria, em jornada de 8 horas diárias, seguindo as mesmas regras da contratação dos demais empregados. Seu empregador, para que Carlos pudesse frequentar a escola no período noturno, exigia que ele trabalhasse até as 22h, realizando tarefas diversas, incluindo o manuseio de um forno industrial, em atividade enquadrada como perigosa. Após um mês, Carlos não se adaptou e pediu para sair, mas o empregador alega que ele deve cumprir o contrato integralmente. Considerando as normas da CLT, assinale a afirmativa correta:

- a) O contrato de Carlos, por ter 15 anos, é nulo de pleno direito, pois é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, mesmo na condição de aprendiz.
- b) O trabalho de Carlos em forno industrial, sendo este uma atividade perigosa, é permitido, desde que o empregador forneça o devido EPI.
- c) A jornada de 8 horas diárias para Carlos, sendo ele menor de 18 anos, é lícita, mas o trabalho noturno e em forno industrial são proibidos.
- d) O contrato de Carlos deveria ter sido na modalidade de aprendizagem, com jornada máxima de 6 horas diárias, vedada a prorrogação e compensação.
- e) A idade máxima para o contrato de aprendizagem é 24 anos, mas esta não se aplica a aprendizes portadores de deficiência, que podem ter contratos de até 3 anos.

38. Pedro, empregado de uma empresa de contabilidade, completou seu período aquisitivo de férias em 01/01/2024. A empresa, no entanto, por questões operacionais, concedeu suas férias somente em 01/03/2025, ou seja, após o término do período concessivo. Além disso, a empresa tem o costume de fracionar as férias em quatro períodos para todos os empregados, sem consultar a concordância individual. Diante dessa situação e das disposições da CLT, é correto afirmar:

- a) O empregador pagará em dobro a remuneração relativa ao período de férias concedidas após o prazo, e não há óbice ao fracionamento em quatro períodos.
- b) As férias de Pedro deveriam ter sido concedidas até 31/12/2024, e a concessão fora desse prazo implica o pagamento em dobro da remuneração correspondente.
- c) O fracionamento das férias em até três períodos é permitido, independentemente da concordância do empregado, desde que um dos períodos não seja inferior a 14 dias.
- d) As faltas injustificadas de Pedro durante o período aquisitivo de suas férias não podem, sob nenhuma hipótese, ser consideradas para reduzir o número de dias de suas férias.
- e) A empresa não está sujeita à multa pela concessão intempestiva das férias, pois o pagamento em dobro da remuneração já compensa o atraso.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO*Bruno Klippel*

39. Entre os requisitos objetivos dos recursos trabalhistas está o preparo, que compreende o pagamento das custas processuais e do depósito recursal. Nesse contexto, assinale a alternativa correta:

- a) Estão dispensados do recolhimento do depósito recursal as pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público e a massa falida.
- b) Quando há condenação solidária ou subsidiária entre duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais.
- c) O depósito recursal deve ser realizado e comprovado dentro do prazo destinado ao recurso. Caso este seja interposto antecipadamente, o depósito também deve ser antecipado, sob pena de deserção.
- d) É exigido o depósito recursal mesmo na interposição de recurso de revista em fase de execução.
- e) O depósito recursal não é necessário quando se recorre de sentenças apenas declaratórias ou constitutivas, sendo exigido apenas nos casos de sentenças condenatórias.

40. Quanto à contagem dos prazos no processo do trabalho, é correto afirmar:

- a) Os prazos são contados incluindo tanto o dia do início quanto o do vencimento.
- b) Se o prazo se encerrar em sábado ou domingo, o vencimento se prorroga para a segunda-feira subsequente.
- c) Se a parte for intimada ou notificada no sábado, o início da contagem do prazo será na segunda-feira e sua contagem começa na terça-feira.
- d) Os prazos recursais ficam suspensos durante o recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

e) Pessoas jurídicas de direito público não fazem jus ao prazo em dobro para apresentar embargos de declaração.

41. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e com a jurisprudência consolidada do TST, no que se refere à forma de reclamação e à notificação no dissídio individual pelo rito ordinário, é correto afirmar:

- a) Após o recebimento e protocolo da reclamação, o reclamado será notificado no prazo de 5 dias para comparecer à audiência, que será marcada para a primeira data desimpedida, respeitando o intervalo mínimo de 48 horas.
- b) Não é admitida a cumulação de diversas reclamações em um único processo, mesmo que os reclamantes sejam empregados da mesma empresa, se não houver participação do sindicato.
- c) Em razão da complexidade das matérias atualmente discutidas na Justiça do Trabalho, como danos morais, acidentes de trabalho e terceirização, não é mais permitida a reclamação verbal.
- d) Após o recebimento da petição inicial, a Secretaria da Vara deverá remeter os autos imediatamente ao juiz, que fará o juízo de admissibilidade.
- e) Presume-se que a notificação é recebida 48 horas após a sua postagem. Caso não seja recebida ou entregue após esse prazo, cabe ao destinatário o ônus de provar essa circunstância.

42. Em relação à audiência UNA no processo do dissídio individual trabalhista — que compreende a tentativa de conciliação, a instrução e o julgamento no mesmo ato — é correto afirmar:

- a) Após a apresentação da defesa, o processo segue para a instrução, com a oitiva de testemunhas, peritos e técnicos, e, ao final, será feito o interrogatório das partes.
- b) Se o reclamante faltar à audiência inaugural, mesmo com a presença do seu advogado, a sessão deverá ser adiada.
- c) O empregador pode ser representado por gerente ou qualquer outro preposto que conheça os fatos, mas suas declarações não vincularão o empregador.
- d) No início da audiência, o juiz propõe a conciliação. Caso não haja acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral em até 10 minutos.
- e) O comparecimento do reclamante e do reclamado é obrigatório na audiência de julgamento, ainda que estejam presentes seus representantes legais.

43. João Antônio foi demitido após quatro anos de trabalho na empresa Alfa Beta Engenharia, sem receber o saldo salarial e as verbas rescisórias. Propôs reclamação trabalhista e audiência UNA foi marcada para dois meses depois. Na véspera da audiência, sofreu acidente e ficou hospitalizado, impossibilitado de comparecer. Nessa situação, de acordo com a CLT:

- a) O advogado de João Antônio poderá representá-lo integralmente na audiência, inclusive prestando depoimento por ele.
- b) João Antônio poderá ser representado na audiência por outro empregado da mesma categoria ou pelo sindicato da categoria profissional.
- c) O processo será arquivado em razão da ausência do reclamante, que poderá propor nova ação quando estiver recuperado.

d) A CLT não prevê a substituição do reclamante ausente, cabendo ao juiz decidir pelo adiamento ou arquivamento.

e) A esposa, companheira ou parente de até terceiro grau poderá representá-lo, inclusive com poderes para prestar depoimento pessoal.

44. Sobre o ônus da prova e as regras relativas à produção de provas no processo do trabalho, conforme a CLT, assinale a alternativa correta:

a) Em qualquer procedimento, não se admite a arguição dos peritos ou técnicos, pois seus laudos são suficientes como prova.

b) As testemunhas devem, obrigatoriamente, ser previamente intimadas para comparecer.

c) Antes de assumir o compromisso legal, a testemunha será qualificada, informando nome, nacionalidade, profissão, idade, residência e, se for empregada, o tempo de serviço prestado ao empregador, estando sujeita às sanções penais em caso de falsidade.

d) Cada parte poderá indicar no máximo 3 testemunhas tanto no procedimento ordinário quanto no inquérito para apuração de falta grave.

e) Testemunhas que sejam parentes de até segundo grau, amigos íntimos ou inimigos das partes prestarão compromisso, mas seus depoimentos valerão apenas como informação.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

45. Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta

- a) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, sem risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- b) A vida privada da pessoa natural é inviolável, e o juiz, de ofício, poderá adotar as providências necessárias para impedir ou fazer cessar ato contrário a esta norma.
- c) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
- d) É vedada a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- e) É vedado, ainda que autorizado, usar o nome alheio em propaganda comercial.

46. Joana completou o tempo de contribuição exigido por lei para requerer sua aposentadoria. Contudo, preferiu continuar trabalhando e não apresentou o pedido para concessão do benefício. Se uma nova legislação alterar as regras para aposentadoria, qual será a situação de Joana?

- a) Poderá alegar direito adquirido ao benefício, mas este passará a ser regido pela nova lei, com aplicação imediata.
- b) Poderá alegar direito adquirido ao benefício, que continuará sendo regido pela legislação anterior, já revogada.
- c) Será atingida pelas novas regras, pois detinha apenas uma expectativa de direito ao benefício.
- d) Será atingida pelas novas regras, uma vez que possuía apenas a faculdade jurídica de solicitar o benefício.
- e) Poderá alegar direito adquirido ao benefício, mas este será regido pela nova lei, com efeitos retroativos.

47. Sobre a natureza e características das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta

- a) As pessoas jurídicas não possuem capacidade processual, já que não detêm personalidade jurídica própria, sendo representadas exclusivamente por seus sócios em juízo.
- b) A autonomia patrimonial da pessoa jurídica é um instrumento legítimo de segregação de riscos, e seus bens não se confundem com o patrimônio pessoal dos sócios, conforme dispõe o art. 49-A do CC/2002.
- c) A existência legal da pessoa jurídica de direito privado tem início com a aprovação administrativa do seu estatuto por órgão competente, conforme disposto no art. 47 do CC/2002.
- d) É vedado à pessoa jurídica exercer direitos de personalidade ou pleitear indenização por dano moral, uma vez que tais direitos são exclusivos das pessoas naturais.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica é automática no caso de formação de grupo econômico, bastando a mera existência desse grupo para afastar a separação patrimonial.

48. Em relação às classificações dos bens no Código Civil e na doutrina, analise as seguintes assertivas

- I. Bens consumíveis são aqueles cujo uso importa destruição imediata da própria substância ou são destinados à alienação, conforme o art. 86 do CC/2002.
- II. Bens móveis por antecipação são aqueles originariamente imóveis, mas mobilizados pela ação humana, como frutos colhidos de uma árvore.
- III. Bens incorpóreos não admitem tutela possessória, uma vez que não possuem existência física.
- IV. Bens públicos dominicais, por não estarem afetados a uma função pública, podem ser alienados e são passíveis de usucapião.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa correta

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

49. Sobre a Teoria do Fato Jurídico, analise as assertivas a seguir

- I. Fato jurídico é o acontecimento que, ao ocorrer, gera efeitos no âmbito do Direito, independentemente de sua relevância social.
- II. A ausência de condição, quando exigida como elemento essencial, impede que o fato jurídico se forme validamente.
- III. No termo inicial, o direito já se adquire, mas o seu exercício depende da chegada do evento futuro e certo.
- IV. O exercício abusivo de um direito não configura ato ilícito, pois se baseia em prerrogativa reconhecida legalmente.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.

c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

e) Todas as assertivas estão corretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

50. Considere as seguintes assertivas acerca das intervenções de terceiro previstas no Código de Processo Civil:

- I – O amicus curiae não pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- II – A citação daqueles que devam figurar em litisconsórcio passivo será requerida pelo réu na contestação e deve ser promovida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento ao processo.
- III – Feita a denúncia pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.
- IV - Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 3 (três) dias.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

51. De acordo com o Código de Processo Civil, são impenhoráveis:

- a) o seguro de coisas.
- b) a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 60 (sessenta) salários-mínimos;
- c) os materiais necessários para obras em andamento, ainda que essas sejam penhoradas.
- d) os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou esporte.
- e) os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra.

52. De acordo com o Código de Processo Civil, não há necessidade de autorização do juiz para o inventariante:

- a) alienar bens de qualquer espécie.
- b) requerer a declaração de insolvência
- c) transigir em juízo ou fora dele.
- d) pagar dívidas do espólio.
- e) fazer as despesas necessárias para a conservação e o melhoramento dos bens do espólio.

53. De acordo com as normas do Código de Processo Civil acerca dos embargos de terceiro,

- a) O possuidor direto não pode alegar, para além da sua posse, o domínio alheio.
- b) Os embargos de terceiro devem ser apresentados de maneira incidental no processo.
- c) A citação será pessoal, se o embargado não tiver procurador constituído nos autos da ação principal.
- d) Os embargos podem ser opostos a qualquer tempo no processo de conhecimento, desde que antes da publicação da sentença.
- e) Os embargos poderão ser contestados no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual se seguirá o procedimento sumaríssimo.

54. De acordo com o Código de Processo Civil, havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como

- a) assistente litisconsorcial.
- b) assistente simples.
- c) *amicus curiae*.
- d) litisconsorte necessário.
- e) denunciado à lide.

55. Considere as seguintes assertivas acerca da coisa julgada no âmbito do Código de Processo Civil

- I – é vedado à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
- II - a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- III - os motivos que tenham sido importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, fazem coisa julgada.
- IV – a decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, II e III.
- b) II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e IV.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Adriana Menezes*

56. Acerca dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), assinale a opção correta.

- a) Poderá ser concedido o salário-maternidade a mais de um segurado, decorrente do mesmo processo de adoção ou guarda, quando um dos cônjuges ou companheiros esteja submetido a Regime Próprio de Previdência Social, sem prejuízo do pagamento do salário-maternidade à mãe biológica.
- b) O salário-família independe de prazo de carência e pode ser acumulado com o auxílio por incapacidade temporária do empregado, do trabalhador avulso, do empregado doméstico e contribuinte individual.
- c) O auxílio-acidente é um benefício de natureza indenizatória pago ao segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e segurado especial que, em decorrência de acidente de qualquer natureza, apresente seqüela permanente que reduza sua capacidade para o trabalho, podendo ser recebido juntamente com salário-maternidade.
- d) A aposentadoria por incapacidade permanente tem renda mensal inicial correspondente a 100% do salário de benefício do segurado, independentemente da causa da incapacidade.
- e) O auxílio-reclusão é devido ao conjunto de dependentes de baixa renda do segurado que for preso em regime fechado.

57. Em relação ao acidente de trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) É considerado acidente de trabalho a doença endêmica adquirida, em qualquer situação, pelo segurado habitante de região em que ela se desenvolva.
- b) Equipara-se a acidente do trabalho, o acidente sofrido pelo segurado, no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho.
- c) Equipara-se a acidente do trabalho, o acidente sofrido pelo segurado no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, somente se o deslocamento for feito em transporte público ou em transporte fornecido pelo empregador.
- d) O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo máximo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.
- e) Em caso de acidente de trabalho que acarrete a morte do segurado, a empresa ou o empregador doméstico deverão comunicar o acidente à Previdência Social até o primeiro dia útil seguinte ao da sua ocorrência.

58. Em relação à previdência social, é correto afirmar que

- a) é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na condição de contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha para a União no exterior, em organismos oficiais internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se amparado por regime próprio de previdência social.
- b) o segurado mantém o seu vínculo com o RGPS, sem limite de prazo, independentemente de contribuições, quando estiver em gozo de benefício previdenciário, inclusive de auxílio-acidente.
- c) O enteado e o menor sob tutela equiparam-se a filho, mediante declaração do segurado e desde que não possuam condições suficientes para o próprio sustento e educação, não havendo previsão legal para incluir o menor sob guarda judicial nessa condição.
- d) a Constituição Federal permite que lei institua sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas e carências diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.
- e) é vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

59. Com relação à organização da seguridade social, aos princípios que a regem e à forma de seu custeio, analise os itens seguintes.

- I. Para que um benefício ou serviço da seguridade social seja criado, estendido ou majorado, torna-se necessário que seja informada a fonte de custeio total.

II. A seguridade social brasileira adotou o sistema híbrido, sendo os subsistemas de saúde e de assistência não contributivos, e o da previdência social, contributivo e de filiação obrigatória.

III. Lei complementar federal estabelecerá as hipóteses de devolução a pessoas físicas da contribuição da seguridade social sobre bens e serviços, inclusive em relação a limites e beneficiários, com o objetivo de reduzir as desigualdades de renda.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

60. Com relação ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, analise os itens a seguir:

- I. As regras para o cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos efetivos devem ser disciplinadas em lei do ente federativo a que estiverem vinculados.
- II. Os servidores estaduais e municipais, a depender da situação atuarial dos respectivos regimes próprios de previdência, poderão ter contribuições inferiores a dos servidores federais.
- III. O servidor público que ocupa cargo efetivo no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região será aposentado por incapacidade permanente quando insuscetível de readaptação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Discursiva

Sabemos que o Poder Judiciário atravessa grave crise devido ao grande volume de processos que lotam todas as Comarcas e os cartórios do País. Com isso, tem-se a falsa ideia de amplo acesso à prestação jurisdicional por toda população nacional. No entanto, como dito, não passa de uma falsa ideia.

Em um diagnóstico detalhado sobre a atual situação do Poder Judiciário no Brasil, elaborado pelo Ministério da Justiça [1], constatou-se que “(...) o governo é o maior cliente do Poder Judiciário _ algo em torno de 80% dos processos e recursos que tramitam nos tribunais superiores tratam de interesses do governo (...)”. Podemos acrescentar que outra boa parcela dos litígios pendentes é ocasionada por pequena parcela da sociedade, que detém recursos suficientes para arcar com as despesas processuais. Assim, vê-se que a grande maioria da população fica à margem da prestação jurisdicional.

Além do grande número de processos pendentes, a morosidade do sistema judicial também pode ser atribuída às arcaicas leis processuais vigentes. Quando editado, em 1973, o Código de Processo Civil foi reconhecido mundialmente como uma “obra-prima” da técnica processualista. Seus dispositivos de rigor abstracionista levaram o CPC brasileiro ao topo da legislação processual moderna. Contudo, o culto à técnica perfeita fez com que o texto processual muito se distanciasse da realidade cotidiana, que, por sua dinâmica, exige normas mais práticas que belas.

Outro problema que pode ser apontado como gerador de inúmeros processos é a exigência do pronunciamento do Poder Judiciário para questões corriqueiras que dispensariam tal providência, como exemplo, podemos citar a necessidade de ajuizamento de ação de divórcio direto consensual, de arrolamento sumário de herdeiros maiores etc. Uma solução, visando ao desafogamento das Comarcas, seria de que essas questões fossem apenas registradas no cartório de notas.

Diante de tantos problemas, urgente era a Reforma do Judiciário, que se iniciou com a promulgação da Emenda Constitucional 45/04 e continua com a edição de várias leis que visam à alteração da estrutura infraconstitucional, como as Leis nº 11.187/05 (Nova Lei do Agravo), 11.123/05 (Nova Lei de Execução), 11.276/06 (Súmula impeditiva de recursos) etc.

A EC 45/04, entre outras novidades para melhor funcionamento da Justiça, trouxe as súmulas vinculantes, determinou a distribuição imediata dos processos, proibiu as férias coletivas nos Tribunais e previu a criação da justiça itinerante.

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6550/Justica-itinerante>.

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

ACESSO À JUSTIÇA COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Folha de Resposta

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>